

Por uma escola democrática

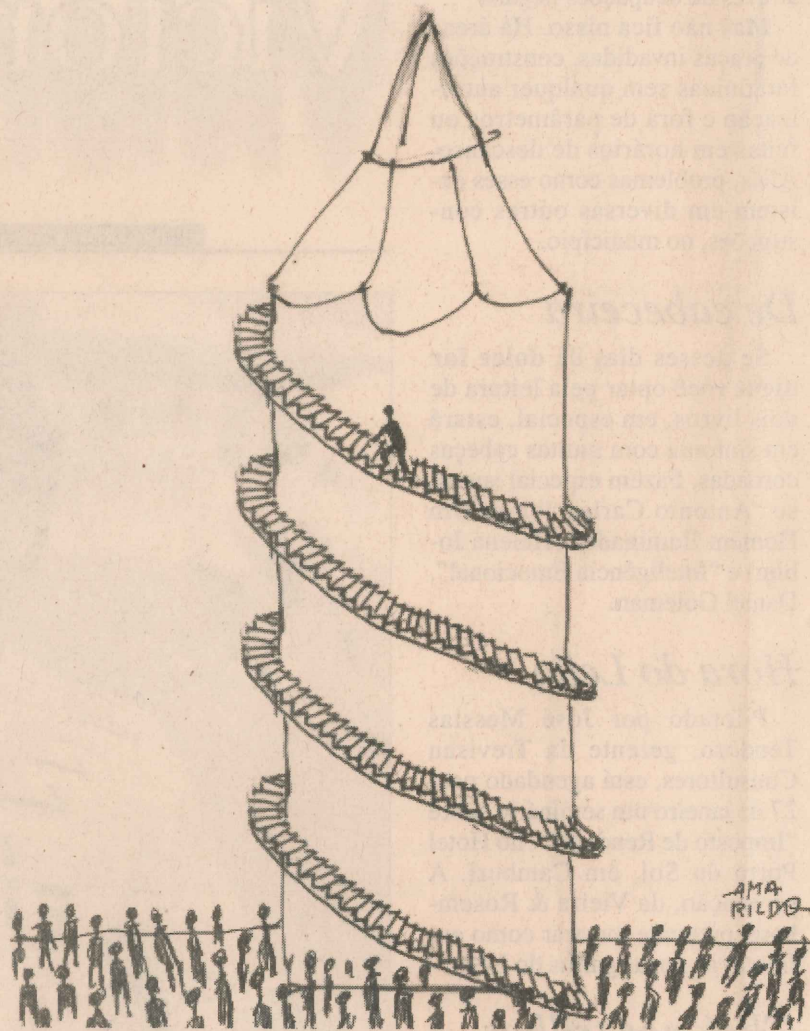
Euzi Rodrigues Moraes



O principal projeto do Governo do Espírito Santo na área da Educação é construir uma escola democrática, tanto na gestão como na eliminação das estruturas anti-democráticas da escola tradicional.

Em nosso Estado, desde 1993, elegem-se os diretores e as diretoras de escola, uma prática que já vem se alastrando em todo o país e que tem conferido ao projeto político-pedagógico da escola a legitimidade da participação e do voto dos professores, dos alunos, dos funcionários, dos pais e de representantes da comunidade. Um passo importante na democratização da gestão. Mas apenas um passo. A reestruturação e o fortalecimento dos conselhos de escola, a organização de pais e de alunos em associações e grêmios e a criação dos conselhos municipais de Educação são fundamentais para que o trabalho escolar se aperfeiçoe e se estruture para atender às demandas da população a quem a escola serve. A escola pública precisa ocupar o espaço comunitário que lhe pertence. Ela é da comunidade, e não do diretor ou do Governo.

Mas os gestores da Educação têm uma missão ainda mais desafiadora a cumprir: abrir as portas da escola a todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos em cada área geo-escolar e garantir aos alunos a permanência, sem interrupção, na escola. É preciso superar a cultura da reprovação, que tem retido alunos nos bancos escolares anos a fio, sem progresso, tem expulsado alunos que não resistem à monotonia da repetição das lições mal aprendidas, não aprendidas ou já aprendidas e – sobretudo – tem humilhado alunos e pais, no meio da



angústia da espera dos resultados das provas finais.

Pode parecer que estamos defendendo a promoção sem aprendizagem. Não é este o caso. Há evidências de que o sistema de reprovação só exclui, não melhora a aprendizagem. Não é este o caso. Há evidências de que o sistema de reprovação só exclui, não melhora a aprendizagem. Dados relevantes foram apresentados já em 1988, na revista do Instituto Nacional de

Pesquisas Educacionais (INEP). O pesquisador Sérgio Antônio da Silva Leite, da Universidade de Campi-

'A escola pública precisa ocupar o espaço comunitário que lhe pertence. Ela é da comunidade'

nas, informa que uma comparação feita entre o desempenho de alunos repetentes e o de alunos promovidos automaticamente mostra que os promovidos rendem mais do que os repetentes. Citando o professor Haddad, ele registra: "a repetência constitui-se um desperdício em termos econômicos e educacionais, pois limita a capacidade

de absorção do sistema, baixa seu grau de eficiência, propicia aumento de evasão, afeta negativamente a equidade das oportunidades educacionais e aumenta os custos da Educação". Além disso, diz Sérgio Leite, há os efeitos negativos sobre a auto-estima do aluno.

Em outras partes do mundo, o formalismo escolar e a burocracia pedagógica há muito vêm cedendo espaço à educação propriamente dita, aproximando professores e alunos e fomentando a interação na sala de aula. Em nosso Estado, setores avançados do mundo acadêmico e escolar têm documentado seu questionamento às práticas excludentes da escola e promovido inovações. Várias escolas da rede pública estadual saíram na frente e dão exemplo de ousadia político-pedagógica ao Estado e a todo o país.

Hoje, o assunto virou manchete nos mais importantes jornais de circulação nacional. No âmbito oficial, o Ministério da Educação assumiu publicamente uma postura crítica em relação à reprovação. Considera interessantes os projetos em curso em alguns Estados brasileiros, como a aceleração de estudos e a eliminação progressiva do sistema seriado, ao mesmo tempo que propõe a promoção dos alunos com dependência de disciplinas. É a Educação reconquistando seu lugar central no processo escolar. É a avaliação redescobrendo-se como ato político, centrado na promoção do ser humano. É a escola procurando conhecer e respeitar o que o aluno sabe, e não obsessivamente flagrando o que ele não sabe, para, com o poder que tem nas mãos, aplicar a palmatória da reprovação.

Esse parece ser um dos pilares da Educação no século 21. Precisamos nos preparar para exercermos nosso poder criador e descobrirmos a verdadeira essência da Educação.

Euzi Rodrigues Moraes é secretária de Estado da Educação